



Arrecadação federal cresce 5,62% em setembro e soma R\$ 239,4 bilhões

Bradesco segura despesas e lucro sobre para R\$ 7,1 bilhões no 3º trimestre

Página 3

INSS envia notificações a aposentados sobre prova de vida

Página 4

Previsão do Tempo

Sexta: Nublado com chuva forte durante o dia. A noite, chuva diminui de intensidade, mas não para.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,04
Venda: 5,04

Turismo
Compra: 5,05
Venda: 5,23

EURO

Compra: 5,66
Venda: 5,66

Ministro prevê renegociação de R\$ 90 bilhões em 3ª fase do Desenrola



As instituições financeiras poderão apresentar até R\$ 90 bilhões em dívidas antigas a serem renegociadas na primeira etapa do Desenrola 3.0, disse na quarta-feira (21) o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Segundo ele, o edital de chamamento dos bancos e de outras instituições será publicado na quinta-feira (22), dando início ao processo de habilitação de bancos e fundos interessados em vender carteiras de crédito à União.

Apesar do volume previsto, o custo máximo estimado para a compra de todo esse montante seria de R\$ 9 bilhões, considerando o desconto mínimo de 90% exigido pelo programa. Página 3

A arrecadação das receitas federais somou R\$ 239,4 bilhões em setembro, informou na quinta-feira (22) a Receita Federal. O valor representa crescimento real de 5,62%, descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na comparação com setembro de 2025.

De janeiro a setembro, a arrecadação alcançou R\$ 2,351 trilhões, com alta real de 6,97% em relação ao mesmo período do ano passado.

As receitas administradas pela Receita Federal totalizaram R\$ 231,4 bilhões em setembro, com crescimento real de 5,03%. Nos nove

primeiros meses do ano, a arrecadação dessas receitas chegou a R\$ 2,25 trilhões, alta real de 6,89%.

Segundo a Receita, o resultado foi impulsionado principalmente pelo aumento da arrecadação da contribuição previdenciária, do PIS/ Cofins, do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital e do recolhimento de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O órgão também destacou a arrecadação do Imposto de Exportação sobre óleo bruto. (Agência Brasil) Página 3

Prefeitura de São Paulo mantém multa à Enel em R\$ 11,4 milhões por apagões em 2025

Página 2

Prefeituras e estados devem garantir transporte gratuito no 2º turno

Página 6

Justiça do Trabalho fecha acordo ou acolhe pedido em 79% das ações de assédio eleitoral em 2026

Página 4

Esporte

Região Bragantina recebe grande evento de kartismo amador no Kartódromo de Atibaia

A região bragantina será palco de um grande encontro do kartismo amador no próximo dia 8 de novembro, domingo. O Kartódromo de Atibaia receberá a Taça Bragantina de Kart Amador – GP Papo Peças sobre Peças, evento que tem expectativa de reunir cerca de 80 pilotos de Atibaia, Bragança Paulista, Mairiporã, da capital paulista e de outras cidades localizadas em um raio de até 70 quilômetros.

Com quatro corridas previstas, incluindo uma bateria exclusivamente feminina e três disputas mistas, a programação combinará competição, entretenimento, premiações e confraternização. A proposta é reunir pilotos de diferentes níveis de experiência, incentivar a prática do esporte e proporcionar uma dia especial também para familiares e acompanhantes.

A iniciativa busca fortalecer o kartismo amador, modalidade que oferece uma forma mais acessível de vivenciar o automobilismo e pode representar uma porta de entrada para quem deseja conhecer o esporte e, eventualmente, desenvolver talento para as competições profissionais.

Mulheres em Ação: mais mulheres na pista

A programação será aberta pela bateria Mulheres em Ação, iniciativa voltada a incentivar a participação feminina no kartismo e proporcionar às mulheres a experiência de acelerar em uma pista de competição.

“Cada vez mais as mulhe-

res conquistam espaço nos esportes, inclusive no kartismo e no automobilismo. Neste momento, nosso objetivo não é necessariamente descobrir novos talentos, mas proporcionar uma experiência para que elas conheçam a modalidade e entendam o que seus maridos, namorados ou amigos sentem ao acelerar um kart. Para nós, é muito importante reunir as famílias”, afirma Rita Sanches Otazú, especialista em Recursos Humanos e responsável pela bateria Mulheres em Ação. “Certamente, muitas participantes vão descobrir que são capazes de superar desafios e sair dessa experiência ainda mais confiantes e poderosas”, completa.

Quatro corridas para diferentes perfis de pilotos

A programação inicial prevê quatro baterias, com possibilidade de ampliação conforme a procura. Cada corrida terá capacidade para até 20 participantes e será composta por cinco minutos de reconhecimento do traçado e tomada de tempos, que definirá o grid de largada, seguidos de uma prova com duração de 20 minutos.

Depois da disputa feminina, serão realizadas três baterias mistas, com homens e mulheres competindo juntos. A distribuição dos participantes seguirá os pesos mínimos estabelecidos para cada corrida, considerando o piloto equipado com macacão e capacete.

A idade mínima para participação é de 13 anos. O kartódromo disponibilizará macacões, ca-

pacetes e luvas aos competidores que não possuírem equipamentos próprios.

Karts sorteados e condições equilibradas de disputa

Um dos diferenciais do evento será o sorteio dos karts, procedimento que busca ampliar o equilíbrio entre os competidores e tornar as disputas ainda mais interessantes.

Na bateria feminina, serão utilizados karts de 6,5 hp, em um traçado mais curto. Nas três corridas mistas, os participantes pilotarão karts novos equipados com motores Honda de 13 hp, no circuito completo do kartódromo.

Os pesos mínimos serão de 70 kg na bateria feminina e de 80 kg, 95 kg e 105 kg nas três baterias mistas, respectivamente. Quando necessário, os karts poderão receber lastro adicional de até 20 kg, permitindo que pilotos mais leves atinjam o peso regulamentar de cada disputa.

Pilotos mais experientes também poderão participar de mais de uma bateria, desde que atendam às condições de peso estabelecidas para cada corrida.

Troféus, prêmios e sorteio de brindes

A premiação será um dos destaques da Taça Bragantina. Os seis primeiros colocados de cada bateria receberão troféus e prêmios, enquanto os pilotos que terminarem entre a sétima e a décima posição também serão contemplados com premiações.

Todos os participantes terão ainda a oportunidade de



Os traçados do Kartódromo de Atibaia proporcionam muitas disputas

ganhar brindes oferecidos pelas empresas apoiadoras, por meio de sorteios realizados durante o evento.

A organização também preparou uma programação para que o encontro vá além das corridas. Após as disputas, pilotos, familiares e acompanhantes poderão acompanhar a transmissão do Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1 em televisores e participar de um almoço por adesão organizado para o público presente.

A proposta é transformar o evento em um programa para toda a família, aproximando o público do automobilismo e estimulando a convivência entre os participantes.

Empresas apoiam o kartismo regional

A organização está mobilizando empresas de diferentes

ênias na pista.

O evento também terá assessoria de imprensa, com divulgação de informações sobre os pilotos, patrocinadores, apoiadores e resultados em veículos de comunicação de todo o Brasil.

Como parte dessa estratégia, os vencedores de cada bateria serão convidados a participar do podcast Papo Peças sobre Peças, ampliando a visibilidade dos competidores e oferecendo espaço para compartilhar suas experiências no kartismo.

Organizadores apresentam o evento em podcast

Os interessados em conhecer melhor a Taça Bragantina de Kart Amador poderão acompanhar, nesta quarta-feira (21/10), a partir das 20 horas, uma edição especial do podcast Papo Peças sobre Peças, que receberá os organizadores J. Alberto Otazú e Rita Sanches Otazú para apresentar os detalhes da competição.

A transmissão será realizada pelo YouTube, no endereço: <https://youtube.com/live/ZzLRtCS1XY?feature=share>

Com uma proposta que une esporte, lazer, premiação e integração familiar, a Taça Bragantina de Kart Amador – GP Papo Peças sobre Peças pretende reunir a comunidade do kartismo e fortalecer a modalidade na região, oferecendo aos participantes a oportunidade de competir, confraternizar e viver de perto a emoção do automobilismo.

Poupatempo celebra 29 anos com mais de 630 milhões de atendimentos

Ao completar 29 anos, o Poupatempo ultrapassa a marca de 630 milhões de atendimentos desde 1997. Criado com uma unidade na Praça da Sé, na capital, o programa ampliou sua atuação e hoje chega aos 645 municípios paulistas, combinando atendimento presencial, soluções digitais e unidades móveis.

Vinculado à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD) e operacionalizado pela Prodesp, o Poupatempo conta com 244 postos fixos, 900 totens de autoatendimento e mais de 4 mil serviços, dos quais aproximadamente 3,5 mil estão disponíveis digitalmente. A unidade da Sé, a primeira do programa, acumula 62,8

milhões de atendimentos, sendo cerca de 350 mil entre janeiro e setembro deste ano.

Nos serviços presenciais que exigem agendamento, a marcação é gratuita e pode ser feita pelos canais oficiais. Ao chegar ao posto, o cidadão confirma sua presença pelo CPF ou QR Code do agendamento, com apoio dos orientadores quando necessário.

Poupatempo Móvel

Desde que voltou a percorrer o estado, há um ano, o Poupatempo Móvel realizou quase 64 mil atendimentos e registrou mais de 57 mil solicitações da Carteira de Identidade Nacional



A unidade da Sé, a primeira do programa, acumula 62,8 milhões de atendimentos, sendo cerca de 350 mil entre janeiro e setembro deste ano

(CIN), em 141 localidades. Nesse período, as duas carretas percorreram mais de 12 mil quilômetros, levando serviços a municípios menores e distantes dos grandes centros.

As unidades também são mobilizadas em situações emergenciais, como no apoio a famílias afetadas pelas chuvas no Vale do Ribeira e por incêndios na capital e no litoral paulista. Nessas ocasiões, os moradores podem solicitar documentos e acessar serviços sem precisar se deslocar para outras cidades.

O programa ainda participa de mutirões em comunidades indígenas e quilombolas, como na

Aldeia Tabapuã Rekoopy, em Peruipe, e no Quilombo Ivaopurundua, em Eldorado. Nessas ações, equipes e equipamentos são deslocados para atender a população fora dos postos convencionais.

Serviços digitais

Pelo portal, aplicativo Poupatempo SP.GOV.BR e WhatsApp, no número (11) 95220-2974, a população pode consultar informações, solicitar serviços e acompanhar pedidos, conforme as funcionalidades de cada canal. As opções digitais permitem resolver diferentes demandas sem sair de casa. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Cristão e vereador, eleito 2º deputado federal mais votado do Brasil (3 milhões de votos em 2026), o jovem Pavanato (PL) acredita que após o debate de hoje na tv Globo o senador Bolsonaro (PL) será eleito à Presidência

PREFEITURA (São Paulo)

Cristão católico e reeleito prefeito em 2024, Nunes (MDB) não recuou em apoiar o senador Bolsonaro (PL), mesmo após as polêmicas sobre mentiras que poderiam tirar dele votos de devotos em Nossa Senhora

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Cristã e eleita 2ª deputada estadual mais votada do Brasil, com quase 2 milhões de votos em 2026, a jovem Eduarda (PL) acredita que após o debate de hoje na tv Globo o senador Bolsonaro (PL) será eleito à Presidência

GOVERNO (São Paulo)

Cristão católico e reeleito governador em 2026, Tarcísio (Republicanos) não recuou em apoiar o senador Bolsonaro (PL), mesmo após as polêmicas sobre mentiras que poderiam tirar votos de devotos em Nossa Senhora

CONGRESSO (Brasil)

Cristão e deputado (MDB SP) Temer que presidiu por 3 vezes a Câmara Federal e depois da cassação da Dilma (PT) assumiu a Presidência, teve tantos votos como deve ter o cristão e deputado Motta (Republicanos PB)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Cristão e fundador da Igreja Universal, Edir não perdoa a ausência da Lula (PT) no 1º [abortado] e no 2º debate da tv Record. Isso aproximou a família Bolsonaro de parceria (2027 - 2030) com uma vitória do Flavio (PL)

PARTIDOS (Brasil)

Tanto o PL, como o PT, tem suas contas eleitorais pra que suas prometidas 'quebras de sigilo' possam trazer votos do eleitorado que hoje estará ligado no maior debate do Século 21 com grande audiência na tv Globo

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência nas Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Porque está escrito: Pela minha vida, diz o Senhor, todo joelho se dobrará diante de mim, e toda língua confessará a Deus" Romanos 14:11

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Prefeitura de São Paulo mantém multa à Enel em R\$ 11,4 milhões por apagões em 2025

A gestão Ricardo Nunes (MDB) aplicou multa de R\$ 11.428.615,57 à concessionária Enel por causa dos apagões registrados no segundo semestre do ano passado —especialmente no período de 8 a 10 de dezembro, quando cerca de 3 milhões de clientes ficaram sem fornecimento de energia elétrica.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da Cidade na quarta-feira (21).

O Procon da capital paulista aplicou a multa originalmente no ano passado porque os apagões comprometeram a prestação de um serviço considerado essencial. A Enel recorreu, mas a decisão administrativa manteve a penalidade de R\$ 11,4 milhões.

De acordo com a Prefeitura de São Paulo, antes da aplicação da multa, a Enel havia sido notificada pelo Procon, mas não tomou medidas suficientes para garantir a prestação do serviço de forma contínua, adequada, eficiente e segura, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

A penalidade, diz a prefeitura, decorre da análise de reclamações dos consumidores e de apu-

ração técnica do órgão, que identificou problemas como interrupções no fornecimento, falhas no atendimento e falta de informações aos usuários.

O despacho da Secretaria Municipal de Justiça dá prazo de 15 dias a partir da publicação para a apresentação de recurso administrativo. Se a Enel abrir mão de recorrer da multa, pode ter redução de 30% do valor, desde que faça o pagamento em até 30 dias a partir da intimação.

A Enel afirmou, em nota, discordar da aplicação da punição e reafirmou que sua atuação durante os eventos climáticos extremos de setembro e de dezembro de 2025 foi compatível com a situação.

"Em dezembro, ventos fortes e prolongados atingiram a área de concessão por dois dias e afetaram cerca de 4,4 milhões de clientes. A companhia restabeleceu, em até 24 horas, o fornecimento de energia para 80% dos clientes afetados, o equivalente a aproximadamente 3,5 milhões de unidades consumidoras.

A resposta foi mais rápida do que nos eventos de novembro de 2023 e outubro de 2024, diz a empresa.

A melhora do desempenho operacional já havia sido demonstrada em setembro de 2025, afirma a companhia.

"Naquela ocasião, um vendaval com rajadas de cerca de 100 km/h atingiu a concessão, e a distribuidora restabeleceu a energia para mais de 90% dos clientes afetados em até 24 horas. Desde 2023, a companhia reduziu em cerca de 60% o tempo médio de atendimento emergencial e em 97% as interrupções superiores a 24 horas", segue a nota.

A multa, diz a gestão Nunes, é parte de conjunto de medidas adotadas pela prefeitura diante das falhas recorrentes na prestação do serviço em São Paulo.

"Desde 2023, a administração municipal tem acionado órgãos reguladores e de controle e recorrido à Justiça para cobrar providências da concessionária e contestar a continuidade do contrato", afirma.

A Procuradoria Geral do Município notificou a Anel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a Enel, em dezembro de 2025, após novas interrupções no fornecimento, para cobrar explicações sobre veículos da concessão.

sionária ficavam na garagem enquanto milhares endereços estavam sem energia.

Naquele mês, a prefeitura acionou a Justiça Federal para solicitar a conclusão da análise administrativa sobre a possível caducidade da concessão.

Em 7 de abril deste ano, a Anel instaurou o processo que recomenda o encerramento da concessão, após três grandes apagões registrados em 2023, 2024 e 2025. Em 11 de agosto, a agência rejeitou, por unanimidade, o recurso apresentado pela Enel São Paulo e manteve o andamento do processo.

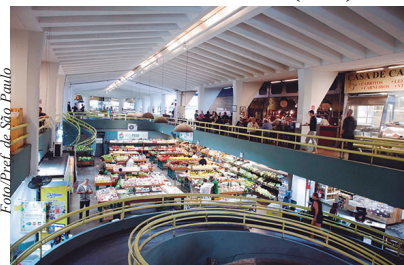
Os apagões da Enel deixaram 2 milhões de imóveis sem energia elétrica por falhas na distribuição no final de 2024 e 4,4 milhões, em dezembro de 2025.

Durante os períodos sem energia elétrica, milhares de comerciantes reclamaram de prejuízo causado pelos dias sem poder atender o público, pelos insumos estragados e perda de investimentos. Moradores de prédios sofreram também com falta d'água, já que sem eletricidade não havia como bombear água para as caixas. (Folhapress)

Mercado de Pinheiros recebe feira de chocolates especiais nesta sexta-feira (23) e sábado (24)

A Prefeitura de São Paulo realiza uma feira com produtores e fabricantes de chocolate no Mercado de Pinheiros, Zona Oeste, nesta sexta-feira (23) e sábado (24). A Feira de Primavera de Chocolates Bean to Bar reúne marcas que adotam o modelo bean to bar, em que o produto é feito a partir da amêndoa integral do cacau até a barra de chocolate, sem segmentação de processos nem aditivos artificiais.

O evento é realizado pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento (SESANA) em parceria com a Associação Bean to Bar Brasil. A feira terá marcas relevantes do mercado brasileiro deste mercado, incluindo nomes com reconhecimento no segmento e histórico de premiações, como medalhas conseguidas no International Chocolate Awards, no Northwest Chocolate Festival, no Academy of Chocolate Awards e nos prêmios nacionais



Feira de Primavera de Chocolates Bean to Bar no Mercado de Pinheiros

Bean to Bar Brasil e Prêmio CNA Brasil Artesanal de Chocolate.

O novo modelo de negócios dentro do varejo e do foodservice vem ganhando notoriedade no Brasil nos últimos anos: em 2022, as 60 pequenas e médias empresas vinculadas à Associação Bean to Bar Brasil registraram aumento de produção de 20%, indicando aumento da demanda

e a consolidação de um novo olhar sobre o chocolate nacional.

Vitor Arruda, secretário-executivo de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento da Prefeitura de São Paulo, comemorou a realização de mais um evento dentro de um espaço público municipal, que, segundo ele, é um lugar importante para a divulgação de novos mercados.

"Fiquei muito contente com a parceria firmada com a Associação. Em minhas pesquisas sobre o mercado de chocolates bean to bar, há um bom potencial de crescimento e desenvolvimento em São Paulo, assim como no país todo. Um mapeamento do Sebrae mostrou um setor formado majoritariamente por produtores de pequena escala, que produzem em fábrica própria, são microempreendedores individuais e produzem até 100 kg por mês. O público ainda vai poder alcançar em grandes restaurantes conceituados do Mercado de Pinheiros e garantir seu doçinho de sobremesa com os melhores produtores de chocolate do país", afirma Vitor.

A participação é gratuita, com vendas dos produtos disponíveis aos interessados. O Mercado de Pinheiros funciona normalmente, não comprometendo a logística e o horário de funcionamento do espaço. (Prefeitura de SP)

Governo divulga datas das audiências públicas para revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), realizará, nos dias 4 e 5 de novembro, duas audiências públicas para discutir a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS). Os encontros serão realizados nos formatos virtual e presencial e têm como objetivo ampliar a participação da sociedade na definição de metas e ações para a gestão de resíduos sólidos no Estado.

A audiência virtual será realizada na quarta-feira (4), das 9h às 12h. As inscrições deverão ser feitas no dia 3 de novembro, das 9h às 18h, pelo site semil.sp.gov.br/pers, onde também estão disponíveis informações sobre o processo de revisão. Já a audiência presencial ocorrerá

na quinta-feira (5), das 9h às 12h, no Auditório Augusto Ruschi, na sede da Semil, localizada na Avenida Frederico Hermann Júnior, nº 345, em São Paulo.

Os encontros são uma oportunidade para que população, representantes de municípios, empresas, entidades e outros interessados apresentem sugestões e contribuições para o aprimoramento do Plano. As manifestações ajudarão a aperfeiçoar as metas, diretrizes e ações propostas, considerando os desafios ambientais, sociais e econômicos relacionados à gestão dos resíduos sólidos.

A nova versão do PERS apresenta 38 metas, distribuídas em 13 temas relacionados à gestão dos resíduos sólidos. Os assuntos abrangem economia circular, logística reversa, educação ambi-

ental, lixo no mar, resíduos sólidos urbanos e coleta seletiva, resíduos da construção civil, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, resíduos dos serviços de saúde, resíduos dos serviços de transporte, resíduos agro-silvopastoris, resíduos industriais e resíduos de mineração.

A proposta foi elaborada com a participação de diferentes secretarias e órgãos do Governo do Estado, além de entidades representativas dos setores envolvidos na gestão de resíduos. Com a abertura da consulta pública, a sociedade também poderá apresentar sugestões para contribuir com o aprimoramento do documento antes da conclusão da versão final.

A revisão do PERS orientará as políticas públicas estaduais

para os próximos 20 anos. O documento estabelece diretrizes para melhorar a gestão dos resíduos, incentivar a reciclagem e a coleta seletiva, ampliar o reaproveitamento de materiais e promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

A participação pública é importante para aproximar o planejamento estadual da realidade dos municípios e das necessidades da população. As contribuições recebidas nas audiências poderão auxiliar na construção de soluções mais efetivas para reduzir os impactos do descarte inadequado sobre o meio ambiente e a saúde pública.

O documento em revisão e as informações sobre as audiências estão disponíveis no site da Semil: semil.sp.gov.br/pers. (Governo de SP)

Arrecadação federal cresce 5,62% em setembro e soma R\$ 239,4 bilhões

A arrecadação das receitas federais somou R\$ 239,4 bilhões em setembro, informou na quinta-feira (22) a Receita Federal. O valor representa crescimento real de 5,62%, descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na comparação com setembro de 2025.

De janeiro a setembro, a arrecadação alcançou R\$ 2.351 trilhões, com alta real de 6,97% em relação ao mesmo período do ano passado.

As receitas administradas pela Receita Federal totalizaram R\$ 231,4 bilhões em setembro, com crescimento real de 5,03%. Nos nove primeiros meses do ano, a arrecadação dessas receitas chegou a R\$ 2,25 trilhões, alta real de 6,89%.

Segundo a Receita, o resultado foi impulsionado principalmente pelo aumento da arrecadação da contribuição previdenciária, do PIS/Cofins, do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital e do recolhimento de Imposto sobre Renda das Pessoas Jurídicas



Os tributos incidentes sobre as importações arrecadaram R\$ 13,3 bilhões no mês, com alta real de 21,07%, influenciados pelo crescimento das importações e pelo aumento das alíquotas efetivas de tributos e com o decréscimo de 4,15% na taxa média de câmbio.

OIRRF sobre rendimentos de capital somou R\$ 12,06 bilhões em setembro, com alta real de 9,68%, impulsionado pelo aumento da arrecadação sobre aplicações de renda fixa e pela tributação de dividendos.

Acumulado do ano

No acumulado do ano, a arrecadação da Previdência alcançou R\$ 575,9 bilhões, com alta real de 5,16%. Já o IRPJ e a CSLL arrecadaram R\$ 444,2 bilhões, com alta de 5,76%.

OIRRF sobre rendimentos de capital arrecadou R\$ 131,15 bilhões entre janeiro e setembro, com alta real de 17,57%. No mesmo período, o PIS/Pasep e a Cofins somaram R\$ 466,55 bilhões – aumento real de 4,1% (Agência Brasil)

(IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O órgão também destacou a arrecadação do Imposto de Exportação sobre óleo bruto.

Previdência

A arrecadação previdenciária somou R\$ 64,6 bilhões em setembro, com alta real de 6,18%. O resultado refletiu os aumentos reais observados de 1,72% da massa salarial em agosto de 2026 (na comparação com o mesmo mês do ano anterior), bem como de 7,42% na arrecadação do Simples

Nacional previdenciário em setembro de 2026 em relação a setembro de 2025.

Deve-se ainda ao crescimento de 14,88% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em relação a setembro de 2025.

“Houve, também, a reoneração escalonada da contribuição patronal dos municípios e da folha de pagamentos”, complementou a Receita.

Importações e rendimentos de capital

Ministro prevê renegociação de R\$ 90 bilhões em 3ª fase do Desenrola

As instituições financeiras poderão apresentar até R\$ 90 bilhões em dívidas antigas a serem renegociadas na primeira etapa do Desenrola 3.0, disse na quarta-feira (21) o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Segundo ele, o edital de chamamento dos bancos e de outras instituições será publicado na quinta-feira (22), dando início ao processo de habilitação de bancos e fundos interessados em vender carteiras de crédito à União.

Apesar do volume previsto, o custo máximo estimado para a compra de todo esse montante seria de R\$ 9 bilhões, considerando o desconto mínimo de 90% exigido pelo programa.

As instituições terão cinco dias úteis para informar o volume de débitos que pretendem oferecer. A etapa, no entanto, não é uma convocação para que os consumidores renegociem suas dívidas, mas um procedimento para medir o interesse dos credores e o volume de dívidas por faixas de renda.

“Estamos fazendo uma chamada aos bancos para que eles se organizem e apresentem o exato volume pelas diferentes faixas dos credores. Nessa chamada de interesse vamos permitir que várias faixas de renda sejam apresentadas, mas nosso foco são faixas de renda menores”, afirmou Durigan.

Como funcionará

O chamamento público será destinado a bancos, instituições financeiras e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs). Para participar da etapa seguinte, os credores deverão apresentar carteiras de dívidas que atendam aos critérios do pro-

grama e aceitar as condições mínimas de desconto.

O procedimento será dividido em etapas:

Chamamento: publicação do edital para manifestação de interesse dos credores; Apresentação das carteiras: prazo de cinco dias úteis para informar os débitos elegíveis; Definição do leilão: análise do volume apresentado, com separação por faixas de renda; Compra das dívidas: realização do leilão, previsto para novembro, com possibilidade de adiamento para o início de dezembro.

Segundo o ministro, o governo pretende estruturar a disputa para favorecer devedores de menor renda e microempreendedores individuais (MEIs). No entanto, caso o volume de dívidas de baixa renda seja menor que o previsto, o governo poderá comprar mais dívidas de alta renda.

Quanto custará

A estimativa inicial é que os credores apresentem até R\$ 90 bilhões em dívidas. Como o programa exige deságio mínimo de 90%, a União pagaria, no máximo, 10% do valor nominal das carteiras adquiridas.

Na hipótese de compra de até o montante estimado, o desembolso seria de até R\$ 9 bilhões. “Se, no limite, esses R\$ 90 bilhões de dívidas forem ofertados, de partida a gente saberia que no máximo consumiríamos R\$ 9 bilhões para a gente adquirir tudo”, disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron.

O governo, porém, não necessariamente comprará todas as carteiras apresentadas. A intenção é estabelecer um orçamento

para o leilão e estimular a concorrência entre os credores, o que pode resultar em descontos superiores ao mínimo exigido.

“A depender do que a gente receber nessas carteiras que os bancos e as instituições financeiras tenham, a gente pode exigir desconto de 93%, 95% no leilão. E aí, no leilão, a depender de como correr o leilão, eu posso conseguir descontos ainda maiores”, disse Durigan.

Quais dívidas entram

O Desenrola 3.0 foi criado por medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em setembro. O programa prevê a compra, pela União, de carteiras de crédito com dívidas antigas para viabilizar a renegociação dos débitos com os consumidores.

Entre as condições previstas estão: Dívidas de até R\$ 10 mil, considerando o valor original do débito; Atrasos entre 720 e 1.645 dias, o equivalente a aproximadamente dois anos e quatro meses; Débitos de cartão de crédito, incluindo as modalidades rotativa e parcelada, e de crédito pessoal sem consignação em folha; Possibilidade de inclusão de dívidas elegíveis de pessoas físicas e MEIs, conforme as regras do programa.

No lançamento da iniciativa, o governo estimou que o volume total de dívidas elegíveis poderia chegar a R\$ 150 bilhões, com desembolso de aproximadamente R\$ 15 bilhões. A previsão de R\$ 90 bilhões divulgada agora corresponde à expectativa inicial de dívidas que os credores poderão apresentar na primeira chamada.

Como será a renegociação

Após o leilão, as dívidas ad-

quiridas pelo governo poderão ser renegociadas com os devedores, com repasse dos descontos obtidos na compra das carteiras.

O consumidor poderá quitar o débito à vista ou parcelar o pagamento, conforme as condições a serem estabelecidas. No caso do parcelamento, haverá cobrança de juros.

Os prazos, as taxas e as demais condições operacionais ainda dependem de definições do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da regulamentação aplicável.

Neste momento, os consumidores não precisam procurar os bancos para participar da etapa de chamamento. O governo ainda deverá divulgar as regras e os procedimentos para o acesso às renegociações.

Questionado sobre a continuidade do programa independentemente do resultado das eleições presidenciais, Durigan afirmou que a iniciativa tem caráter permanente de política pública.

O ministro também criticou sugestões de congelamento temporário de dívidas de pessoas físicas e empresas, que classificou como “uma espécie de calote generalizado no sistema financeiro”.

Segundo Durigan, o governo pretende manter o Desenrola 3.0 como uma política de Estado para enfrentar o endividamento e facilitar a recuperação do acesso ao crédito.

A próxima etapa será a análise das carteiras apresentadas pelos credores. Somente depois desse levantamento a Fazenda deverá definir o volume de dívidas a ser efetivamente adquirido e as condições do leilão. (Agência Brasil)

Brasiliana

Maurício Picazo Galhardo



- Então olhei para o Brasil e vi o campo:

- Quero saber apresenta:

“... exportações brasileiras de frutas registram alta de 8% na receita no terceiro trimestre de 2026. As exportações brasileiras de frutas apresentaram crescimento de 8% em receita no terceiro trimestre de 2026, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS), o faturamento passou de US\$ 328,1 milhões, em 2025, para US\$ 354,2 milhões entre julho e setembro de 2026. Apesar do avanço na receita, o volume exportado registrou retração de 7,5%, passando de 290,6 mil toneladas para 268,8 mil toneladas no período analisado. O desempenho evidencia um descompasso entre o valor arrecadado e a quantidade de frutas comercializadas no mercado internacional. Embora o setor tenha exportado um volume menor, o valor médio por tonelada apresentou elevação de aproximadamente 16,8%, passando de US\$ 1.129 para US\$ 1.318. (Fonte: Notícias Agrícolas / ABRAFRUTAS)



Grupo propõe a Lula e Flávio medidas para derrubar a taxa Selic a 7,5% em 2027

Um grupo de 380 empresários, executivos e representantes da sociedade civil, coordenado pelo economista Roberto Giannetti da Fonseca, escreveu uma carta a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) para obter dos dois candidatos à Presidência o compromisso com um amplo conjunto de medidas econômicas e políticas.

O Grupo Parlatório, como se autointitula, defende um ajuste fiscal que reduza de forma significativa a taxa básica de juros (Selic). O documento também trata de mudanças nas regras de escolha de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), da aceleração da reforma tributária e de uma posição firme em relação à defesa comercial.

Entre os colaboradores da carta estão o presidente da Fedbraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, o ex-presidente da Petrobras Jean Paul Prates, o empresário Roberto Klabin, a especialista em segurança Ilona Szabó e a educadora Viviane Senna, entre outros.

A carta será entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), na quinta-feira (22). Segundo Giannetti da Fonseca, a campanha de Flávio ainda não respondeu ao pedido de reunião.

A principal medida econômica proposta é a queda da Selic a 7,5% ao ano e da inflação a 3% já em dezembro de 2027. O patamar poderia ser alcançado por meio de um ajuste fiscal que produza superávit primário de pelo menos 1% do PIB (Produto Interno Bruto) no próximo ano.

Na trajetória da dívida, a meta é que a relação entre dívida bruta e PIB fique abaixo de 70% até dezembro de 2030. Hoje, o indicador está em 82,9%, segundo os últimos dados do Banco Central.

“A avaliação é que uma trajetória mais sustentável para a dívida seria capaz de reduzir a pressão sobre juros e inflação, criando condições para mais investimento, consumo e crescimento”, diz trecho da carta.

Para chegar lá, o grupo quer a atualização da Lei de Responsabilidade Fiscal, a revisão da indexação de despesas obrigatórias e da vinculação de benefícios ao salário mínimo, e o corte de superalunos no serviço público.

“O resultado será um crescimento mais acentuado, promovendo ambiente mais atrativo e

seguro para investimentos produtivos, consumo doméstico e crescimento econômico”, afirma o texto.

Com essas medidas, o grupo acredita ser possível atingir crescimento real médio igual ou superior a 3% ao ano entre 2027 e 2030, com taxa de investimento acima de 20% do PIB no período.

Na área tributária, a ideia é acelerar a reforma, reduzir exceções e regimes especiais e evitar aumento da carga, hoje em torno de 34% do PIB, na calibragem das alíquotas de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS. Já a reforma administrativa teria como eixos a avaliação de desempenho, a redução do número de ministérios, autarquias e estatais e a ampliação dos serviços digitais.

O documento inclui ainda uma agenda de produtividade e competitividade para os primeiros 100 dias de governo, com abertura gradual da economia.

STF e REFORMA POLÍTICA

No Judiciário, a carta propõe melhorias nas regras de indicação e aprovação dos ministros do STF.

Sugere ainda uma reforma política que seria elaborada em 90 dias após a convocação do Conselho da República, e enviada ao Congresso como PEC (Proposta de Emenda à Constituição) no primeiro semestre. Entre outros pontos, o pacote prevê o fim da reeleição para cargos executivos.

Na educação, a referência é o novo Plano Nacional de Educação, que prioriza a alfabetização e a formação de professores.

Em comércio exterior, o texto cobra que o contencioso com os Estados Unidos seja negociado já em janeiro e que o Brasil mantenha posição firme com a China na defesa comercial.

Na agenda ambiental, as metas incluem neutralizar as emissões da agropecuária até 2042, com restauração de 15 milhões de hectares, além de criar um mercado regulado de carbono e vetar a redução de áreas protegidas.

Para a segurança, a carta prevê integração entre Polícia Federal, Receita e Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) para atacar o poder econômico do crime organizado, câmeras corporais nas forças federais e manutenção da proibição do porte de armas como regra. (Folhapress)

Bradesco segura despesas e lucro sobe para R\$ 7,1 bi no 3º trimestre

Em um cenário de maior cautela na concessão de crédito, o Bradesco segurou as despesas e conseguiu entregar um crescimento no lucro. Segundo o balanço financeiro do banco publicado na quinta-feira (22), o resultado líquido somou R\$ 7,1 bilhões no terceiro trimestre deste ano, um aumento de 0,8% na comparação trimestral e de 14,6% na anual.

O resultado veio em linha com a média de projeções de analistas consultados pela Bloomberg, de R\$ 7,116 bilhões.

A carteira de crédito total do

banco terminou setembro em R\$ 1,15 trilhão, alta trimestral de 1% e anual de 11%. O maior crescimento foi em pessoas jurídicas, cujo estoque aumentou 14%.

O índice de inadimplência, considerando atrasos superiores a 90 dias, ficou em 4,6%, um aumento de 0,3 ponto percentual em três meses e 0,5 ponto percentual no ano.

A provisão para perdas esperadas somou R\$ 10,6 bilhões no trimestre, salto de 24,3% em um ano e de 6,6% em três meses.

ROA (retorno recorrente gerencial sobre o patrimônio li-

quido médio anualizado), indicador de rentabilidade do banco, ficou em 16,1%, sem considerar o aumento de capital do banco.

O Bradesco aumentou sua capitalização em R\$ 10 bilhões via emissão de novas ações em Bolsa, o que, segundo a instituição, possibilitará a sustentação de investimentos em tecnologia, eficiência comercial e expansão dos negócios. Ou seja, um caixa mais robusto daria fôlego para a instituição acelerar o processo de transformação sob a gestão de Marcelo Noronha.

O braço de seguros do Bra-

desco teve um lucro líquido de R\$ 2,9 bilhões, uma queda de 1,9% na comparação trimestral, mas alta de 14,1% na anual.

O Bradesco tenta recuperar a sua forma do pré-pandemia, quando o ROA era superior a 20%, sob o comando de Marcelo Noronha desde novembro de 2023.

Além de mudanças estruturais internas, com troca de diretoria, a instituição está remodelando seus produtos, com maior foco em produtos mais rentáveis e menos arriscados, e redução da rede física. (folhapress)

INSS envia notificações a aposentados sobre prova de vida

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) está enviando notificações a aposentados, pensionistas e demais beneficiários de que votar nas eleições vale como prova de vida. Ao menos 13 milhões de segurados precisam fazer a comprovação.

Quem não votou no primeiro turno pode votar no segundo e ter o registro da presença como

de que segue apto a receber benefício previdenciário. Justificar a ausência ou realizar qualquer atualização no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) também é prova de vida automática.

Desde 2022, portaria editada no governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL) determina a votação em eleições como uma das ações válidas para que o se-

gurado comprove à Previdência Social que está vivo, sem que precise ir ao banco. Quem não realiza a prova de vida pode ter o benefício bloqueado, suspenso e, posteriormente, cortado.

Na mensagem, enviada por WhatsApp, o INSS informa que votar é prova de vida e que a ação tem validade de 12 meses. Além disso, pede ao segurado que aplicativo Meu INSS para ter mais informações sobre a comprovação e a respeito do benefício previdenciário.

Em nota, o INSS diz que o "envio de alertas por meio do WhatsApp e da Caixa Postal do gov.br é um procedimento regular do INSS para orientar os beneficiários sobre seus direitos e obrigações".

"Neste caso, a mensagem informa que o registro de participação nas eleições é uma das formas válidas de comprovação de vida, conforme procedimento vigente desde 2022", informa ainda o órgão.

Em janeiro de 2023, passou a valer a verificação por cruzamento de dados com bases do governo, incluindo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), CNH (Carteira Nacional de Habilitação) Digital e atendimento no SUS (Sistema Único de Saúde), por exemplo.

Justiça do Trabalho fecha acordo ou acolhe pedido em 79% das ações de assédio eleitoral em 2026

A Justiça do Trabalho fechou acordos ou aceitou pelo menos um dos pedidos apresentados pelo trabalhador em 94 dos 119 processos sobre assédio eleitoral que tiveram decisões na primeira instância em 2026, segundo dados do TST (Tribunal Superior do Trabalho). O número equivale a 79% da amostra.

Do total, 35 processos terminaram em acordos homologados, 54 tiveram sentenças que acolheram parte dos pedidos e cinco tiveram todos os pedidos julgados procedentes. Outros 25 processos tiveram sentenças de improcedência.

O TST não informou quantos dos processos com decisões parcialmente procedentes reconheceram a prática de assédio eleitoral.

"O acordo não pode ser considerado como confissão de culpa pelo empregador", diz Vanessa Larizzatti Maia Rossi, advogada da área trabalhista do escritório Gaia Silva Gaede Advogados.

O recorte reúne processos ajuizados em 2025 e 2026 que tiveram decisões nas Varas do Trabalho durante 2026. Os casos podem se referir a eleições anteriores, já que o trabalhador pode demorar mais para conseguir entrar com uma ação judicial do que, por exemplo, fazer uma denúncia anônima ao MPT (Ministério Público do Trabalho).

O MPT recebeu 663 denúncias de assédio eleitoral em outubro até o dia 19, uma média de aproximadamente 35 por dia, segundo dados do órgão.

Em setembro, o órgão havia registrado 545 denúncias. Entre janeiro e setembro, foram 809 relatos, ante 85 no mesmo período de 2022, ano da última eleição presidencial.

As denúncias recebidas pelo MPT podem dar origem a investigações, recomendações ou acordos extrajudiciais, sem necessariamente resultar em uma ação judicial, segundo a legislação. O órgão também pode ajuizar uma ação civil pública se entender que é necessário recorrer à Justiça.

Segundo Rodrigo da Costa Marques, gestor de relações trabalhistas do PGC Advogados, o MPT pode buscar uma solução antes de recorrer ao Judiciário, por meio de recomendações ou de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que estabelece obrigações para o empregador.

O trabalhador também pode procurar diretamente a Justiça do Trabalho, sem denunciar antes ao MPT, mas Vanessa Rossi afirma que o modo de retaliação pode contribuir para um número menor de ações em relação às denúncias.

Trabalhadores que ainda mantêm o vínculo empregatício podem temer perder o emprego ou sofrer outras consequências caso processem o empregador. Isso porque o canal do MPT permite o anonimato, enquanto uma reclamação trabalhista exige que o empregado se identifique como autor do processo.

Há ainda uma diferença de tempo. O trabalhador pode ajuizar uma reclamação trabalhista até dois anos depois do fim do contrato, observados os limites legais para cobrar direitos relativos ao período anterior. Por isso, processos judiciais podem demorar a refletir situações ocorridas durante a campanha eleitoral.

Em outra contagem, o TST registrou 176 processos originários sobre assédio eleitoral em 2026, dos quais 170 tramitaram em primeiro grau e seis em segundo grau. Entre 2023 e 2026, foram 863 processos ori-

ginários: 846 em primeiro grau e 17 em segundo.

A série anual registra 57 processos originários em 2023; 372 em 2024; 258 em 2025; e 176 em 2026. Até o período analisado pelo levantamento, o ano de 2024, quando ocorreram as eleições municipais, registrou o maior número de processos, com 372. O total de 2026 ainda é parcial.

O tribunal informou que não tem dados consolidados para 2022.

O assédio eleitoral ocorre quando alguém usa sua posição no trabalho para pressionar, intimidar ou constranger funcionários a votar, apoiar ou deixar de apoiar determinado candidato. Isso pode incluir ameaças explícitas de demissão ou insinuações de que o resultado das urnas terá consequências para os empregos.

Um caso julgado pelo TST ajuda a entender o que pode caracterizar a prática. Em uma empresa agroflorestal, uma funcionária do setor de recursos humanos enviou uma mensagem a um grupo de WhatsApp com 79 aprendizes, entre o primeiro e o segundo turnos das eleições presidenciais de 2022.

O texto dizia que, caso o PT (Partido dos Trabalhadores) se submetesse à Presidência, o agro-negócio poderia ficar fragilizado e a empresa talvez precisasse reduzir seu quadro de funcionários. Para o tribunal, a mensagem associava o resultado eleitoral à possibilidade de demissões e foi suficiente para caracterizar intimidação e constrangimento dos trabalhadores.

O TST condenou a empresa ao pagamento de R\$ 4 milhões por danos morais coletivos. A decisão também considerou que a mensagem havia sido enviada por uma funcionária em posição de representação da empresa e que não houve demonstração de uma reação da empregadora para enfrentar a conduta.

Segundo o processo, uma das partes protocolou um recurso extraordinário destinado ao STF (Supremo Tribunal Federal). Ainda não há conclusão sobre o caso.

A dificuldade de comprovar a pressão política é um dos obstáculos para o reconhecimento judicial do assédio eleitoral. Segundo Rossi, a prática pode ocorrer em conversas reservadas ou reuniões sem registro, por exemplo.

Colegas que poderiam testemunhar também podem ter receio de depor enquanto continuam empregados na empresa. No processo, é necessário demonstrar a ocorrência da conduta e sua relação com o trabalho e o contexto eleitoral.

Para Marques, o comportamento de gestores pode ter consequências para a empresa, mesmo quando a direção afirma não ter incentivado a prática. O empregador pode ser responsabilizado por condutas de pessoas que exercem funções de liderança, a depender das circunstâncias do caso.

Outro processo analisado pela Justiça envolveu um servidor municipal que alegou ter sofrido redução de R\$ 700 na remuneração após não votar no candidato apoiado pela prefeitura, nas eleições de 2024. A decisão manteve a condenação do município ao pagamento de R\$ 7.000 por danos morais e determinou a reversão da medida.

O assédio eleitoral pode ser denunciado ao Ministério Público do Trabalho, aos sindicatos e à Justiça Eleitoral. O trabalhador também pode procurar a Justiça do Trabalho para pedir reparação por danos morais e outras medidas cabíveis, conforme a situação. (Folhapress)

Eleições: entidades vão checar informações ao vivo durante debate

Quem acompanhar o debate presidencial entre Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro, nesta sexta-feira (23), poderá conferir, em tempo real, a checagem de informações apresentadas pelos candidatos durante o confronto, que vai ao ar às 21h20, na emissora Globo.

A proposta é permitir que o público acompanhe análises e contextualizações de dados à medida que as declarações forem feitas, ampliando o acesso a informações verificadas na rede final da campanha eleitoral. Uma das iniciativas foi organizada por jornalistas, pesquisadores e entidades ligadas à comunicação e ao enfrentamento da desinformação.

Segundo os organizadores, profissionais e instituições parceiras atuarão em uma sala virtual de checagem para analisar afirmações feitas pelos candidatos ao longo do debate.

Participam da mobilização a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCID), a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e a AletheiaFact.org.

A iniciativa reúne também entidades como a Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar), a Sociedade, a COAR Notícias e o Coletivo Beréia.

As checagens serão transmitidas ao vivo pelos canais do YouTube da Fenaj e da RNCID. - Canal da Fenaj: <https://www.youtube.com/FENAJoficial> - Canal da RNCID: <https://www.youtube.com/GRNCDBRASIL>

De acordo com os organizadores, a proposta é complementar o trabalho desenvolvido por agências especializadas de checagem de fatos. A presidente da FENAJ, Samira de Castro, afirmou que a iniciativa busca contribuir para o exercício consciente do direito ao voto em um ambiente marcado pela intensa circulação de conteúdos nas redes sociais.

A criadora da RNCID, Ana Regina Régio, disse que a proposta pretende aproximar a checagem do momento em que as declarações são feitas e chegam ao público. Segundo ela, a iniciativa busca ampliar o acesso da população à informação confiável durante o debate para que os eleitores possam avaliar as falas dos candidatos de forma consistente.

Já a presidente da Intercom, Iluska Coutinho, afirmou que a comunicação e a pesquisa científica têm papel importante na defesa da democracia e no enfrentamento à desinformação.

A iniciativa foi anunciada após o debate presidencial promovido pela Band no último domingo (18).

Em nota divulgada após o confronto, a FENAJ criticou o formato do programa e avaliou que provocações e ataques prejudicaram o esclarecimento dos eleitores. Para a entidade, "o jornalismo não pode ser refém da lógica do espetáculo, da audiência a qualquer preço ou das estratégias de candidatos que desprezam o diálogo democrático".

A federação acrescentou que, "quando perguntas não são respondidas, afirmações falsas deixam de ser confrontadas e argumentos são substituídos por encenações, quem perde é a população brasileira". (Agência Brasil)

Para Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado da StoneX, a movimentação reforça as expectativas de uma possível escalada das tensões entre Irã, Estados Unidos e Arábia Saudita nas próximas semanas, o que impulsiona os preços. "As cotações reagem ao risco de danos à infraestrutura logística e produtiva de petróleo no região".

A guerra no Oriente Médio já provoca a interrupção parcial do fluxo da commodity pelo estreito de Hormuz. Ante o conflito, a passagem concentrava cerca de 20% do consumo mundial de petróleo. Os novos episódios ampliam os temores de que o abastecimento regional sofra novas restrições. Esse cenário pressiona a inflação e preocupa os bancos centrais, que avaliam os efeitos da guerra sobre a política monetária.

Juros mais altos tendem a favorecer ativos de renda fixa, considerados mais seguros, e a reduzir a atratividade das ações. O impacto aparece no exterior, onde as Bolsas S&P 500 e Nasdaq recuaram 1,45% e 2,60%, respectivamente. (Folhapress)

A maior aversão ao risco também tende a prejudicar os mercados emergentes pela busca por ativos menos arriscados. Por outro lado, a alta do petróleo favorece as receitas e a rentabilidade das petrolíferas, o que pode beneficiar as ações das empresas deste setor no Brasil.

de golpe pode ligar para a Central 135 e verificar se precisa comprovar que está vivo. Também é possível fazer essa checagem por meio do aplicativo ou site Meu INSS, em "Prova de Vida".

Os segurados que recebem o aviso têm 30 dias a partir da data da notificação para realizar a validação e evitar o bloqueio do pagamento da aposentadoria ou pensão.

Quando vai receber o benefício do INSS, aparece na tela uma mensagem informando sobre a pendência. Se o segurado não vai ao caixa eletrônico, ele pode acessar o Meu INSS para verificar se há pendência no campo relacionado à prova de vida. Se for o caso, o sistema indicará que há pendências.

Apesar de a verificação ser feita de forma automática pelo próprio INSS, por meio do cruzamento de dados oficiais do governo federal, no caso dos beneficiários convocados, não foi possível a confirmação.

Cidadãos maiores de 70 anos não são obrigados a votar, mas se o fizerem, já resolvem a pendência com a Previdência. O voto é obrigatório para brasileiros alfabetizados entre 18 e 70 anos. Jovens entre 16 e 17 anos, maiores de 70 anos e analfabetos não são obrigados a votar.

Esse grupo soma cerca de 17 milhões de pessoas. Há, nesta eleição, 158,7 milhões de eleitores aptos a votar. Para quem tem voto obrigatório, a ausência não justificada tem multa de R\$ 3,51 por turno.

A abstenção no primeiro turno não caiu entre jovens até 18 anos, idosos, e pessoas menos instruídas em comparação a 2022, segundo o TSE, em contrapartida à alta de faltantes em geral na eleição, quando se atingiu o recorde.

Os grupos que apresentaram redução na abstenção no primeiro turno são aqueles em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem melhor resultado nas pesquisas de intenção de voto, segundo o Datafolha.

Apesar da queda, alguns deles seguem como os que registram o maior percentual de ausência nas urnas. Uma das estratégias da campanha petista neste segundo turno é reduzir ainda mais a abstenção neste eleitorado.

As faixas do eleitorado em que o senador Flávio Bolsonaro (PL) tem melhores resultados (com maior grau de instrução e idade entre 25 e 44 anos) apresentaram alta na abstenção em relação a 2022, mas em patamares semelhantes ao geral. (Folhapress)

defesa da democracia e o enfrentamento à desinformação.

A iniciativa foi anunciada após o debate presidencial promovido pela Band no último domingo (18).

Em nota divulgada após o confronto, a FENAJ criticou o formato do programa e avaliou que provocações e ataques prejudicaram o esclarecimento dos eleitores.

Para a entidade, "o jornalismo não pode ser refém da lógica do espetáculo, da audiência a qualquer preço ou das estratégias de candidatos que desprezam o diálogo democrático".

A federação acrescentou que, "quando perguntas não são respondidas, afirmações falsas deixam de ser confrontadas e argumentos são substituídos por encenações, quem perde é a população brasileira". (Agência Brasil)

Para Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado da StoneX, a movimentação reforça as expectativas de uma possível escalada das tensões entre Irã, Estados Unidos e Arábia Saudita nas próximas semanas, o que impulsiona os preços. "As cotações reagem ao risco de danos à infraestrutura logística e produtiva de petróleo no região".

A guerra no Oriente Médio já provoca a interrupção parcial do fluxo da commodity pelo estreito de Hormuz. Ante o conflito, a passagem concentrava cerca de 20% do consumo mundial de petróleo. Os novos episódios ampliam os temores de que o abastecimento regional sofra novas restrições. Esse cenário pressiona a inflação e preocupa os bancos centrais, que avaliam os efeitos da guerra sobre a política monetária.

Juros mais altos tendem a favorecer ativos de renda fixa, considerados mais seguros, e a reduzir a atratividade das ações. O impacto aparece no exterior, onde as Bolsas S&P 500 e Nasdaq recuaram 1,45% e 2,60%, respectivamente. (Folhapress)

A maior aversão ao risco também tende a prejudicar os mercados emergentes pela busca por ativos menos arriscados. Por outro lado, a alta do petróleo favorece as receitas e a rentabilidade das petrolíferas, o que pode beneficiar as ações das empresas deste setor no Brasil.

aparcear numericamente à frente, a redução da diferença para Lula tem levado investidores a reavaliar o cenário eleitoral. "A proximidade do segundo turno e a expectativa por novas pesquisas eleitorais reforçam a cautela", afirma Leonardo Mendes, economista e consultor financeiro da Manchester Investments.

Para Mendes, o desempenho do mercado brasileiro também reflete riscos internacionais. "Nos EUA, há maior pressão sobre as empresas de tecnologia, diante dos questionamentos sobre o retorno dos investimentos bilionários em inteligência artificial. Em paralelo, a alta do petróleo reacende preocupações inflacionárias e pode dificultar o processo de flexibilização monetária americana."

Juros mais altos nos EUA tendem a penalizar ativos de mercados emergentes. Quanto maior a taxa americana, atualmente entre 3,75% e 4% ao ano, menor tende a ser a atratividade do diferencial de juros em relação ao Brasil, onde a taxa está em 13,75% ao ano, o que pode reduzir o interesse dos investidores pelos ativos domésticos.

Durante o pregão desta quinta-feira, o petróleo voltou a se destacar ao atingir o maior patamar desde maio. Por volta das 17h, o Brent avançou 3,95%, a US\$ 112,92. Na máxima do dia, a cotação chegou a US\$ 113,50, o maior valor em cinco meses.

A alta foi impulsionada por ataques ao aeroporto de Damman, no leste da Arábia Saudita, que deixaram dois mortos e oito feridos, segundo autoridades do país. A esse episódio se soma uma orientação da petrolífera estatal saudita Aramco para que seus funcionários deixem a sede da empresa, em Dhahran. A informação foi

Bolsa cai mais de 1% com disputa eleitoral acirrada e alta do petróleo, enquanto dólar sobe

A Bolsa fechou em forte queda de 1,15%, a 204.120 pontos, na quinta-feira (22), com investidores à espera da pesquisa Datafolha sobre o segundo turno da eleição presidencial, que será divulgada nesta noite, e cautelosos diante de um cenário de disputa tecnicamente empatada.

A alta do petróleo também preocupou os investidores, pelo risco de pressão inflacionária e seus possíveis efeitos sobre a curva de juros. O movimento repercutiu nos mercados globais.

O dólar, por sua vez, encerrou o dia em alta de 0,23%, a R\$ 5,038. A moeda americana se beneficiou da busca por ativos de proteção durante a sessão.

Os movimentos nos cenários doméstico e externo também repercutiram nos juros futuros. A taxa DI para janeiro de 2028 subiu para 12,900%, alta de 13 pontos-base, enquanto a taxa para janeiro de 2030 avançou 11 pontos-base, para 12,695%.

As taxas dos DIs refletem a expectativa do mercado para a trajetória futura da Selic e do CDI, referência para a remuneração de investimentos.

No cenário doméstico, a disputa pela Presidência se manteve no radar dos investidores com a proximidade do segundo turno, marcado para domingo (25). Uma nova pesquisa Datafolha está prevista para a partir das 19h, e a redução da vantagem de Flávio Bolsonaro sobre Lula nos levantamentos recentes tem provocado cautela entre analistas.

As pesquisas têm apontado uma diminuição numérica entre as candidaturas. Na véspera, a pesquisa Quast mostrou o senador com 45% das intenções de voto, ante 44% do presidente. Os dois

estão tecnicamente empatados. Na semana passada, Flávio tinha 46%, e Lula, 44%. O último levantamento antes do segundo turno será publicado no sábado (24).

Nesta quinta, a pesquisa PoderData/Aya também apontou uma redução da diferença entre os candidatos. O senador do PL tem 51% dos votos válidos, ante 49% do petista. Na pesquisa anterior, divulgada na segunda-feira (19), os índices eram de 52% e 48%, respectivamente.

"O mercado registra uma realização de ganhos, em linha com o exterior e com a cautela em relação às pesquisas eleitorais, que ainda mostram Flávio Bolsonaro à frente, mas com uma vantagem menor. Esse acirramento da disputa deixa os investidores mais cautelosos", afirma Rodrigo Moitinho, head de renda variável da Veeha Investimentos.

A candidatura de Flávio é associada à perspectiva de um ajuste fiscal mais rigoroso, um dos fatores apontados para a valorização recente da Bolsa e do real.

A expectativa de maior controle da dívida pública tende a reduzir o prêmio de risco exigido pelos investidores para financiar o governo, aliviando a curva de juros futuros. Taxas menores, por sua vez, podem reduzir o custo do crédito para as empresas e melhorar as perspectivas de lucro, favorecendo o mercado acionário.

No pregão seguinte ao primeiro turno, o Ibovespa superou pela primeira vez a marca dos 200 mil pontos. O dólar recuou para menos de R\$ 5, e os juros futuros caíram mais de 100 pontos-base ao longo da semana seguinte à votação.

Os últimos pregões, contudo, mostram uma reversão desse otimismo. Apesar de Flávio ainda

Aberta inscrição para seleção de professor elaborador do Enade 2027

Saúde

Anvisa aprova novo medicamento para câncer de pulmão avançado



Foto: Chanakorn Adabha/Stock

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou novo medicamento para o tratamento do câncer de pulmão. O Emrelis (telisotuzumabe vedotina) é indicado para pacientes adultos com câncer de pulmão de células não pequenas (CPCNP) com as seguintes características: não escamoso, localmente avançado ou metastático, com receptor do fator de crescimento epidérmico tipo selvagem, com alta superexpressão da proteína c-Met e que receberam terapia sistêmica previamente.

Em nota, a Anvisa destacou que o medicamento foi desenvolvido para reconhecer e se ligar seletivamente à proteína c-Met presente na superfície das células tumorais, permitindo a internalização do complexo e a liberação intracelular da monometauristatina E, resultando em morte celular direcionada.

De acordo com a agência, a aprovação do Emrelis foi fundamentada sobretudo em resultados de um estudo conduzido em pacientes previamente tratados com CPCNP. O medicamento demonstrou taxa de resposta objetiva de 29,2% na população total avaliada. Entre os pacientes com alta superexpressão de c-Met, foi observada taxa de resposta de 34,5%, "associada a respostas duradouras e benefício clínico relevante em um cenário terapêutico com opções limitadas".

Ainda segundo a Anvisa, o câncer de pulmão figura como uma das principais causas de mortalidade pela doença no mundo. O CPCNP representa aproximadamente 85% dos casos, sendo que cerca de 70%

correspondem ao subtipo não escamoso, alvo da medicação aprovada.

"Pacientes com doença localmente avançada ou metastática (quando as células do tumor se propagam para outras partes do corpo) apresentam prognóstico desfavorável. Após a quimioterapia e imunoterapia, há uma limitada disponibilidade de terapias", reforçou a agência.

Câncer de mama

A Anvisa também aprovou o registro do medicamento Poherdy (pertuzumabe), indicado para o tratamento de câncer de mama metastático e para câncer de mama em estágio inicial.

No caso da doença metastática, o uso é indicado em combinação com trastuzumabe e docetaxel, voltado para pacientes com câncer de mama HER2-positivo metastático ou localmente recorrente não operável, que não tenham recebido tratamento prévio com medicamentos anti-HER2 ou quimioterapia.

Já para pacientes com câncer de mama inicial, a indicação é o uso combinado com trastuzumabe e quimioterapia, para os seguintes casos: tratamento neoadjuvante (antes da cirurgia) de pacientes com câncer de mama HER2-positivo localmente avançado, inflamatório ou em estágio inicial, com elevado risco de recorrência como parte de um esquema terapêutico completo para o câncer de mama inicial; tratamento adjuvante (após a cirurgia) de pacientes com câncer de mama HER2-positivo em estágio inicial, com elevado risco de recorrência. (Agência Brasil)

Anvisa proíbe venda de teste de glicemia Accu-Chek Active na Amazon

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a venda de tiras de glicemia da marca Accu-Chek Active na plataforma Amazon.

Os produtos, segundo a agência, são falsificados e não podem ser distribuídos, importados nem utilizados.

A resolução foi publicada nesta quinta-feira (22) no Diário Oficial da União.

Em nota, a Anvisa informou que a Roche Diabetes Care Brasil Ltda., responsável pelo produto Accu-Chek Active, identificou no mercado tiras reagentes com caracte-

terísticas divergentes das originais em dois anúncios na Amazon.

"Além da ausência da embalagem externa original, os itens traziam a restrição de comercialização descrita em inglês ONLY FOR GOVERNMENT TENDER (destinado exclusivamente a licitações governamentais)."

Contra, a seguir, os produtos proibidos e os respectivos anúncios: tiras Accu-Chek Active C50

kit tiras medidor glicemia Accu-Chek Active 100 Unidades. (Agência Brasil)

Os professores da educação superior de todo o país interessados em ser colaboradores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para elaborar e revisar itens/questionários do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2027 podem se candidatar até 14 de dezembro.

Os colaboradores irão integrar o Cadastro de Elaboradores e Revisores de Itens da Educação Superior (Ceres).

A inscrição na chamada pública deve ser feita exclusivamente pelo Sistema do Banco Nacional de Itens da Educação Superior (BNI-ES).

O banco armazena questões de qualidade técnica que permitam a montagem de provas capazes de verificar com maior precisão a proficiência dos estudantes com relação a conteúdos, habilidades e competências nas provas do Enade.

Quem pode se cadastrar

A seleção contemplará professores de 17 áreas de bacharelado e de cursos superiores de tecnologia.

Também é necessário exercer ou ter exercido atividade docente, nos últimos 24 meses, em curso da área para a qual deseja se



Foto: Arquivo/IBR

inscrever.

De acordo com o edital da seleção (nº 160/2026), as áreas contempladas são: agronomia, biomedicina, educação física, enfermagem, engenharia florestal, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, serviço social, turismo e zootecnia; e três de cursos superiores de tecnologia: estética e cosmética, gastronomia e radiologia.

Para participar da seleção, o candidato deverá ter diploma de graduação de nível superior, devidamente registrado, conforme os requisitos específicos da área pretendida.

Ao fazer a inscrição, o candi-

dato deverá preencher as informações solicitadas, indicar as áreas de interesse e anexar a documentação que comprove as exigências.

Entre os documentos obrigatórios estão o diploma de graduação, a declaração de exercício de atividade docente (assinada pelo dirigente da instituição de educação superior ou pelo coordenador do curso) e o termo de conhecimento, compromisso e sigilo e o termo de responsabilidade.

Caso o candidato opte por concorrer em mais de uma área, será necessário apresentar uma declaração específica para cada uma delas.

O processo seletivo é dividi-

Prefeituras e estados devem garantir transporte gratuito no 2º turno

Mais de 158,7 milhões de eleitoras e eleitores vão às urnas, neste domingo (25), em todo o país, para decidir quem presidirá o Brasil de 2027 a 2030.

Além do presidente, os eleitores do Distrito Federal e de outros cinco estados, onde a disputa não foi decidida no primeiro turno, também vão às urnas daqui a três dias. Haverá segundo turno no Acre, Amazonas, Espírito Santo, Rondônia, e Tocantins, além do DF.

Para facilitar o deslocamento e assegurar o exercício da cidadania, prefeituras e governos estaduais devem garantir a oferta de transporte público coletivo gratuito durante todo o dia. O serviço deve atender o eleitorado de forma indistinta, sem propaganda eleitoral ou partidária.

A obrigatoriedade do passe

livre nas viagens municipais e intermunicipais foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro de 2023, e detalhada em fevereiro deste ano, na Resolução nº 23.751, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo a Corte, a oferta gratuita de transporte público coletivo urbano e intermunicipal nos dias de votação é obrigatória e de responsabilidade do Poder Público.

Já os candidatos, partidos, federações ou coligações partidárias, bem como qualquer outra pessoa, ficam proibidos de fornecer transporte coletivo.

No dia da eleição, as frota devem operar com frequência e horários equivalentes aos dias úteis – a redução do serviço habitualmente ofertado pode configurar crime eleitoral.



Foto: Fábio Rodrigues/Contrasto/ABR

Compete ao Poder Público informar antecipadamente à Justiça Eleitoral sobre detalhes como o planejamento da frota, itinerários, horários e modalidades de transporte.

Em caso de descumprimento

das normas eleitorais, ou se houver redução ou interrupção do serviço, os cidadãos podem denunciar ao Ministério Público pelo aplicativo PARDAL, da Justiça Eleitoral, disponível para iOS e Android. (Agência Brasil)

Vote Segura mostra boas práticas de políticas de segurança a mulheres



Foto: Matheus Caramelo/ABR

A Rede Justiça Criminal lançou a campanha Vote Segura, voltada prioritariamente à segurança das mulheres. No ano passado, canais oficiais registraram 1.571 vítimas de feminicídio no país.

Significa que ao menos quatro mulheres foram assassinadas por dia por motivação relaciona-

da ao gênero. Para cada feminicídio consumado, outros três foram tentados.

A campanha Vote Segura elaborou um guia com um conjunto de boas práticas legislativas para orientar a formulação de programas de mandato, projetos de lei, atividades de fiscalização e articulação política.

O objetivo é qualificar o debate público e subsidiar candidaturas ao Congresso Nacional comprometidas com a redução da violência contra o público feminino. As mulheres representam 51,5% da população brasileira de 213,4 milhões de habitantes.

O guia reúne 11 recomendações para os próximos parlamentares eleitos: priorizar a prevenção sem abandonar a responsabilização; estruturar políticas públicas permanentes; fortalecer a coordenação entre os entes federativos; promover a integração entre diferentes políticas públicas; basear decisões em evidências e dados confiáveis; incorporar mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação; fortalecer a transparência e o controle por parte da sociedade; estabelecer critérios objeti-

vos para acesso a recursos públicos; adotar uma perspectiva de direitos humanos voltada também às mulheres; produzir impactos mensuráveis; evitar respostas legislativas exclusivistas simbólicas.

A coordenadora executiva da Rede Justiça Criminal, Janine Salles de Carvalho, destaca que as mulheres brasileiras estão com medo, e com razão. Elas mudam suas rotinas, compartilham a localização em tempo real quando saem à noite, preocupam-se com a própria segurança.

"Esse medo, infelizmente, também se tornou um ativo político capaz de mobilizar votos. Mas responder à insegurança não significa apostar apenas em mais polícia ou prisões. Precisamos olhar para aquilo que impede que a violência aconteça." (Agência Brasil)

BPC evitou 571 mil mortes e 13 milhões de internações em 30 anos

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílio pago pelo governo federal a idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência em situação de pobreza, evitou, em 30 anos, 571 mil mortes e 13 milhões de internações hospitalares pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A conclusão é de um estudo do Instituto de Saúde Global de Barcelona (ISGlobal) publicado em versão preliminar, ou seja, sem revisão de pares. A pesquisa é assinada por 13 cientistas, e a primeira autoria é de Daniela Medeiros Cavalcanti, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e

pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Segundo a pesquisa, cada ponto percentual de aumento na cobertura do BPC reduziu em 2,9% as internações hospitalares, em 0,6% as mortes e em 3,9% os anos de vida saudável perdidos, indicador conhecido em inglês como DALY (Disability-Adjusted Life Years).

Esse índice mede a diferença entre a saúde atual da população e a situação ideal em que todos viveriam até a velhice sem doenças ou incapacidade. Na prática, significa que os beneficiários do BPC viveram a velhice com menos doenças. O programa também gerou eco-

nomia ao Estado. Segundo o estudo, cada R\$ 1 investido no BPC fez o governo deixar de gastar R\$ 3,81.

A pesquisa mostra ainda uma redução de 5% na mortalidade de crianças de 0 a 4 anos a cada ponto percentual de aumento em beneficiários do BPC. Isso acontece porque os avós são, muitas vezes, os cuidadores principais de crianças na primeira infância, especialmente entre as faixas mais pobres da população.

Há ainda uma melhora na saúde geral de crianças em famílias beneficiadas pelo BPC, o que mostra que o valor do benefício é distribuído em favor de todos os integrantes da casa.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi criado em 1996 e é um dos maiores programas de pensão social não contributiva da América Latina. Os beneficiários recebem, por mês, um salário-mínimo de auxílio. Cerca de 6,6 milhões de pessoas recebem benefício atualmente no Brasil, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS).

Para ter direito, é preciso ter mais de 65 anos ou ser pessoa com deficiência de qualquer idade e ter renda familiar por pessoa menor que um quarto de salário mínimo por mês, o que atualmente equivale a R\$ 405,25. (Agência Brasil)